

FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS PARA COMPREENSÃO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CERRADO

FUNDAMENTALS THEORETICAL METHODOLOGY FOR COMPREHENSION THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE IN CERRADO

Patrícia Francisca de Matos

Professora Dra. do Curso de Geografia da FACIP/UFU
patriciafmatos@yahoo.com.br

Resumo

O espaço agrário brasileiro, nas últimas cinco décadas tem passado por inúmeras metamorfoses com significativos efeitos sobre suas funções e conteúdos. Essas mudanças estão atreladas ao projeto de modernização do território, mais especificamente à modernização da estrutura produtiva do campo, que se constituiu num processo desigual de expansão do capital entre produtores e regiões. Dessa forma, o presente trabalho busca-se compreender o processo de modernização da agricultura, sobretudo, nas áreas de Cerrado a partir da leitura do território, da territorialização do capital na constituição de novas territorialidades, nas quais estão inscritos os conteúdos da agricultura moderna.

Palavras-chave: Território. Modernização da agricultura. Cerrado.

Abstract

The Brazilian agrarian space in the last five decades has undergone innumerable metamorphoses with significant effects on its functions and contents. These changes are linked to the project of modernization of the territory, more specifically to the modernization of the productive structure of the field, which constituted an uneven process of capital expansion between producers and regions. The present study seeks to understand the process of agricultural modernization, especially in the areas of Cerrado from the reading of the territory, the territorialisation capital in the creation of new territoriality, in which are inscribed the contents of modern agriculture.

Keywords: Territory. Modernization of agriculture. Cerrado (Savannah).

Introdução

A modernização da agricultura foi propagada no Brasil desde a metade do século XX com o intuito de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas. Essa modernização ocorreu no contexto de uma conjuntura política em que o Estado foi o condutor, por

meio de investimentos em pesquisas científicas, programas e créditos agrícolas. Assim, o uso de inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura dita moderna.

A consolidação e a expansão da agricultura moderna no Brasil ocorreram em uma conjuntura da modernização do território. Por isso, pesquisadores, como Mendonça (2004) e Chaveiro (2008), defendem que a modernização da agricultura deve ser pensada a partir da modernização do território. Todas as mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Assim, a modernização da agricultura faz parte do processo de modernização do território. E para o capital, a modernização do território, ou melhor, a adequação dele para obtenção de fluxos deve ser constante. Dessa forma, o modelo modernizante da agricultura depende *da* e solicita, frequentemente, *a* modernização do território, visto que a produção é regida por uma economia globalizada, com racionalidade determinada pelo mercado.

A modernização do território por meio da difusão do meio técnico-científico-informacional, ao atingir as relações de produção, afeta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais, políticas e culturais do território, e conseqüentemente, uma nova dinâmica da relação capital x trabalho.

Portanto, no presente trabalho propõe-se discutir, o conceito de território para compreender a modernização da agricultura. O território foi escolhido como a base da discussão por ser constituído a partir das relações de poder. O processo de territorialização do agronegócio, via modernização da agricultura, altera não apenas o processo produtivo em decorrência da inserção de inovações tecnológicas, mas também as formas de apropriação, construção e usos do território. Os usos são estabelecidos e planejados para se dar, cada vez mais, a ampliação dos lucros e, portanto, a reprodução e a expansão do capital.

O território: a arena do poder

O espaço agrário brasileiro, nos últimos cinquenta anos, tem passado por inúmeras metamorfoses, com significativos efeitos sobre suas funções e conteúdos.

Essas mudanças estão atreladas ao projeto de modernização do território, mais especificamente à modernização da estrutura produtiva do campo, que se constituiu num processo desigual de expansão do capital entre produtores e regiões. Dessa forma, busca-se compreender o processo de modernização da agricultura a partir da leitura do território, da territorialização do capital na constituição de novas territorialidades, nas quais estão inscritos os conteúdos da agricultura moderna. Haesbaert (2005) mostra que todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando se refere especificamente a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

Como ponto de partida para a compreensão do território, apóia-se nos pressupostos de Raffestin (1993) que alerta que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço. Território é uma produção a partir do espaço. “Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, [...] o ator ‘territorializa’ o espaço.” (p. 143). Desse modo, o território se configura em um espaço territorializado, apropriado, modificado pelas relações sociais e que revela o domínio, o poder, seja, de indivíduos, grupos e empresas, seja do Estado. O território constitui, portanto, uma *arena* do poder. Esse poder pode ter caráter econômico, político ou cultural, mas também pode apresentar concomitantemente todas essas qualidades.

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. (SAQUET, 2003, p. 24).

Referente às relações de poder, Raffestin (1993) considera a população, os recursos naturais e o território como trunfos essenciais ao poder. Esses elementos sempre estão simultaneamente sintonizados, visto que

O território [...] é a cena do poder, e o lugar de todas as relações, mas sem população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

O território é composto conjuntamente por ações/relações e poder que se manifestam por indivíduos ou grupos, ou seja, a população, “[...] simplesmente porque

ela está na origem de todo o poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). Já os recursos naturais constituem materialidade, instrumentos de poder e também de conflitos. As relações conflituosas devido à disputa por recursos naturais renováveis e não renováveis sempre existiram no seio da humanidade, são tão antigas quanto à humanidade. Com o avanço das técnicas, sobretudo, no sistema capitalista, o homem passou a dominar e controlar cada vez mais a natureza, isto é, as inovações tecnológicas permitiram a intensificação da relação homem x natureza, fazendo dela uma mercadoria e, portanto, um instrumento do capital. A agregação de valores aos recursos naturais, seja por indivíduos, por empresas ou pelo Estado, aumenta as relações de poder, materializado em todas as relações de produção que estejam presentes no espaço e no tempo.

De acordo com Haesbaert (2006), o entendimento do território deve-se considerar as seguintes concepções: a) Política: o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, nem sempre relacionado ao poder político do Estado; b) Cultural: prioriza a dimensão simbólica, na qual o território é visto como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo ou indivíduo em relação ao seu espaço vivido; c) Econômica: prioriza as relações econômicas, o território é visto como fonte de recursos no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; d) Natural: o território é abordado numa concepção que envolve as relações entre sociedade e natureza, sobretudo, no comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

A essas concepções, Haesbaert (2006, p.41) acrescenta que a leitura do território, deve partir de duas perspectivas teóricas (materialismo-idealismo e espaço - tempo).

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural” a econômica, a política, ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas. (grifos nossos).

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como coisa ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está diretamente circunscrito a determinado (s) período (s), grupo (s) social (is) e /ou espaço (s) geográfico (s).

A perspectiva, integradora, que possibilita compreender a complexidade do território em múltiplas escalas que podem ir do local ao global, aliada ao caráter relacional e à historicidade e geograficidade do território constitui o espaço híbrido. Para Haesbaert (2006), “o espaço híbrido é a fusão entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, que acontecem numa complexa interação espaço-tempo” (p. 79). No caso específico da territorialização do capital no espaço agrário brasileiro, a visão integradora permite a compreensão dos territórios formados *para* e *pelo* capital.

Território e Rede

Com as mudanças tecnológicas, no período técnico-científico-informacional, o território deve ser compreendido como uma rede. Tomando-se o território como rede há que se entender que controlar o espaço não significa apenas controlar áreas, mas, principalmente, estabelecer e controlar fluxos e fixos. Assim, “territorializar significa hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, *no* e *pelo* movimento.” (HAESBAERT, 2006, p. 282). Saquet (2003, p. 26) acrescenta que

a formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle do e no espaço; elas agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos sociais.

Para Moreira (2006), o atributo da sociedade em rede é a mobilidade territorial. As relações em rede não são um fenômeno recente; ocorreram em cada momento histórico com formas e conteúdos diferentes, frutos da infraestrutura e/ou sistema de objetos técnicos do território. Conforme o referido autor, o sistema em rede se inicia no Renascimento, com o desenvolvimento de instrumentos (naus, caravelas, bússolas, astrolábios, mapas geográficos), tornando possíveis as grandes navegações, pelas quais o transporte de mercadorias e pessoas em grandes distâncias integrou a economia europeia à economia de todos continentes e ampliou-se o conhecimento humano sobre a geografia da terra, tendo consubstanciado-se uma revolução comercial, a partir da unificação dos mercados europeu, asiático, africanos e americano.

Com o advento da Primeira Revolução Industrial reforçaram-se as redes de transporte, principalmente com o trem-de-ferro e o navio moderno, que viabilizaram uma circulação e uma comunicação mais rápida e eficientes entre os países e os continentes. Ao longo dos anos, o desenvolvimento das redes de transportes foi evoluindo, gerando, por conseguinte, uma fluidez cada vez maior de mercadorias, capitais, costumes e informações.

No século XX, o sistema de redes passa a ser muito mais dinâmico, devido às inovações técnico-científicas nos meios de transportes (sistema hidroviário, rodoviário, ferroviário, aeroviário) e nos meios de comunicação (televisão, telefone, *internet*), isto é, os fixos e fluxos que movimentam os territórios, são articulados pelas relações de uma sociedade em rede.

Com a organização em rede, o espaço fica simultaneamente mais fluido, uma vez que, ao tornar livres a população e as coisas para o movimento territorial, a relação em rede elimina as barreiras, abre para que as trocas sociais e econômicas se desloquem de um para outro canto, amplificando ao infinito o que antes fizera com os cultivos. (MOREIRA, 2006, p.162).

O avanço das redes tanto materiais quanto imateriais, gera novos usos do território para a produção, permitindo não apenas a circulação de mercadorias, mas também a fluidez de informações e dados. Para Raffestin (1993), um dos trunfos do poder econômico atual é utilização das tecnologias de informação. Um exemplo disso é o sojicultor que do Cerrado, por meio da *internet*, pode averiguar a cotação da soja nas principais bolsas de valores. Santos (2006) assevera que a informação constitui um instrumento das relações de produção e das relações sociais do período técnico-científico-informacional. Nessa perspectiva, a rede técnica é evocada como uma necessidade desse período, gerando uma materialidade técnica no território nunca vista em outros tempos.

O movimento de fluidez inclui tanto localidades próximas quanto distantes, reduz o tempo, encurta distâncias e amplia espaços de domínio econômicos e políticos. No agronegócio, por exemplo, a ampliação de espaços de domínio é constante, tendo como um dos elementos, para tanto, os investimentos públicos e privados em sistemas de engenharias em todos os modais de transporte que permitem a fluidez da produção. Em muitos casos, não apenas no agronegócio, mas também em outras atividades, a exigência das empresas de construção de infraestrutura de circulação antecede a sua

fixação ao lugar, pois de acordo com as afirmações de Santos (2006), não basta apenas produzir, é necessário colocar a produção em movimento. Dias (2007) defende a idéia de que a rede como qualquer invenção humana, é uma construção social, em que grupos, instituições, indivíduos ou empresas desenvolvem estratégias de ordem política, social e econômica e se organizam em rede. A organização em redes é configurada tanto por formas quanto por normas. Nesse sentido, Santos (2006) afirma que a fluidez não é uma categoria técnica, mas, uma entidade sócio-técnica.

Reconhecendo a importância das redes para o uso do território, Silveira (2007) argumenta que as redes devem ser entendidas como uma forma de organização espacial que expressa, simultaneamente, a condição e o resultado de uma racionalidade técnica, econômica, informacional e normativa, assim como resultado da dinâmica social e política. Assim, as redes, por si só, não explicam a reestruturação da dinâmica econômica e da organização do território. É necessário considerar as ações sociais estabelecidas *nas e pelas* redes. É por meio dessas ações que se percebe o domínio e a influência nas redes do Estado ou de agentes privados. Por isso, a concepção de rede não pode ser dissociada da concepção de poder, pois conforme argumenta Santos (2006), a existência das redes é inseparável da existência do poder. Para Raffestin (1993) as redes não são apenas a exibição do poder, mas, são feitas à imagem do poder.

As redes podem ser territorializadas e desterritorializadas¹ concomitantemente. Assim, têm a capacidade de incluir e excluir, produzir espaços muito globalizados ou pouco globalizados, em um processo paradoxal: de um lado, redes que conectam os capitalistas e aceleram a territorialização do capital nos lugares e, de outro, geram uma gama de indivíduos/grupos sem condições de acesso a essas redes, formando-se, assim, uma rede de exclusão que desterritorializa e marginaliza muitas pessoas (HAESBAERT, 2006).

Nesse processo, há que se considerar também que tanto a territorialização quanto a desterritorialização não estão vinculadas somente ao aspecto material, podem estar vinculadas aos aspectos imateriais; do mesmo modo que o território pode não estar associado à propriedade, mas tão somente uso, à sua apropriação. Um morador de rua, por exemplo, que se abriga sob um viaduto considera aquele local sua casa e, portanto, seu território de domínio. Nesse caso, não tem uma demarcação material (muros, cercas), apenas o uso e as relações de domínio do indivíduo, que delimitou aquele

espaço como sendo seu território. Raffestin (1993) afirma que o poder tem necessidade de delimitar, de criar fronteiras, de criar suas quadrículas, ainda que não visíveis.

Destarte, a leitura do território pode ser entendida pelo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Essas três concepções dinamizam o entendimento de que não há indivíduo, nem grupo social, sem território. Por isso, o (s) indivíduo (s) ao ser(em) desterritorializado(s), se reterritorializa(m). A desterritorialização e a reterritorialização podem ser carregadas de lutas e conflitos, como ocorre entre o capital e o campesinato. “As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento.” (FERNANDES, 2008, p. 280).

Haesbaert (2006) afirma que desterritorialização é uma espécie de “mito”, incapaz de reconhecer a processualidade da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Para Haesbaert (2006) o conceito de território só pode ser devidamente aprendido a partir da concepção de multiterritorialidade.

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade.” (HAESBAERT, 2006, p. 344).

A concepção de multiterritorialidade amplia a ideia de uma sociedade formada por meio de redes que permitem interligar diferentes relações sociais. Porém, a conectividade não deve ser vista como a constituição de um território único, global, mas sim de “glocalização”² ou hibridismo, como afirma Haesbaert (2006), num sentido de demonstrar de que há um processo dialético entre o global e o local, pois muitos fatos locais não podem mais ser caracterizados apenas como locais ou apenas globais, mas pela amálgama dos dois.

A multiterritorialidade varia de acordo com as condições culturais, econômicas, sociais e políticas dos indivíduos. Desse modo, há desde territórios como “abrigo” (entre pessoas, cujos poucos recursos financeiros fazem com que a sobrevivência seja

cotidiana, não lhes possibilitam viver vários territórios) até territórios no ciberespaço, cujo controle é feito por meio das tecnologias mais sofisticadas (HAESBAERT, 2006). Um exemplo desses territórios vinculados ao ciberespaço são os grandes empresários rurais, à distância (escritórios na cidade), podem controlar, por meio de computadores ligados à *internet*, suas propriedades rurais. As possibilidades de apropriação e dominação do território a distância são proporcionadas, principalmente, pelos avanços técnico-científicos, que dinamizam as territorialidades. O controle do território pode ser feito tanto fisicamente quanto virtualmente, de longe ou de perto. Com isso, a velocidade das informações representa, na contemporaneidade um trunfo das relações de poder.

Para Santos (2005), o estudo do território deve partir da análise do seu uso, considerando a temporalidade, pois em cada período histórico apresenta formas diferentes de uso, podendo estar visíveis ou não. “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2005, p.138).

Os territórios, da mesma forma que são constituídos, podem, num tempo curto ou longo, ser desconstituídos, dando espaço a outro tipo de território e, por conseguinte, a novas territorialidades. O processo de modernização da agricultura no Cerrado promoveu/e a desterritorialização de muitos camponeses e a territorialização de outros sujeitos (produtores capitalizados vindos do Sul e Sudeste do país), métodos de produção e lavouras. Associadas à territorialização do capital, novas relações sociais de produção e trabalho, políticas e econômicas foram estabelecidas no Cerrado, definindo novas territorialidades nos espaços que foram capturados pelos agentes do capital. Nesse sentido, Mendonça (2007) afirma que as leituras do território não devem ser homogeneizadoras; devem contemplar as especificidades e considerar que os territórios estão em constante disputa. E ainda, é preciso partir da compreensão de que os territórios são urdidos, tecidos, desenhados a partir das ações políticas, e entender que os territórios são tramados entre o capital e os trabalhadores. O território se constitui, portanto, na materialização concreta das contradições expressas pela relação capital x trabalho.

Nesse aspecto, faz-se importante compreender a força que o capital possui em relação ao controle de territórios e, ao mesmo tempo, o poder de desterritorializar. Da mesma forma que tem o poder de desterritorializar, também não está isento da desterritorialidade. A desterritorialização é entendida por Corrêa (1994) como a perda do território apropriado e vivido em virtude de distintos processos derivados de contradições capazes de desfazer o território. A construção de hidrelétricas, por exemplo, desterritorializa os proprietários de terra, da área destinada à hidrelétrica. Os sujeitos que são deterritorializados, se retorializam em outros espaços, com resquícios do antigo território, ou em territórios totalmente novos, formando novas territorialidades.

Diante dessas reflexões e considerando que os territórios são configurados de diversos modos, em diferentes tempos e com diversos graus de intensidades, sob as relações de poder, entende-se que a territorialização do capital no Cerrado, constituiu/e território(s), em um processo contraditório, conflituoso e dialético.

Considerações finais

Sob o enfoque da modernização do território, que compreende a modernização da agricultura, entende-se que não ocorre apenas a modernização das técnicas de produção e de todo o processo de produção e circulação, mas, a modernização do território. Na década de 1970, quando iniciou-se a territorialização da agricultura moderna empresarial no espaço agrário do Cerrado, não havia densidade técnica suficiente para o processo produtivo, mas o Estado foi equipando o território, para viabilizar o processo produtivo, com energia elétrica, rodovias pavimentadas e aeroportos, entre outros fixos para viabilizar os fluxos.

As áreas de Cerrado, desde a década de 1970, tornaram-se palco de transformações espaciais, sociais, econômicas, ambientais, urbanas e culturais decorrentes da reestruturação produtiva devido à modernização da agricultura, via expansão do agronegócio. Desde esse período, o agronegócio vem conquistando “fatias” do território do Cerrado, com a consolidação de empresas rurais, agroindústrias, principalmente ligadas ao setor grão-carne e *traddings*, entre outras empresas ligadas ao ramo do agronegócio, modificando os usos do território, criando novas paisagens e

novas formas de produção, ou seja, metamorfoseado o seu espaço tanto nas formas e conteúdos quanto nas funções, configurando-se, dessa forma, territórios do capital e para o capital.

Assim, o conceito de território foi priorizado para se compreender a territorialização da agricultura moderna no Cerrado, considerando-se que esta região foi se transformando em múltiplos territórios, entre eles, os territórios do agronegócio que, para reprodução do capital, estabelecem novos usos do território, por meio de inovações tecnológicas e à custa de danos ambientais e sociais graves. Esses novos usos do território ocorreram principalmente nas áreas de chapadas do Cerrado, denominadas como *arena* do capital. Principalmente lá ocorreu a territorialização das empresas rurais, com o uso das mais modernas tecnologias no sistema produtivo. São territórios de produção que se diferenciam das demais áreas em relação à exploração dos recursos naturais, à concentração de terras e à precarização do trabalho, ou seja, usos do território para fins de reprodução do capital.

¹ Haesbaert (2006) analisa a desterritorialização sob três dimensões: econômica, política, simbólica e cultural. Essas três dimensões estão vinculadas às diferentes compreensões de território.

² A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra.[...] A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização.[...] Cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.” (SANTOS, 2006, p. 338-339).

Referências

CHAVEIRO, E. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M.G. et al. (Org.) **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 75- 97.

HAESBAERT, R **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

- _____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF, São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, E.S.(Org.) **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: Unesp/GasPERR, 2005.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar. **Ciência Geográfica**, Bauru, n. 6, p. 1-11, abr.1990.
- _____. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI, por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. São Paulo. Ed. Max Limonad, 2004. p. 123-152.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- _____. SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- _____. Des-caminho e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.A.(Org). **Territórios e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p 87-120.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Trad. A. V. Sobral e M, S, Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M.A. **Territórios e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p.15-36.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.